

Os laços da representação política e das mudanças sociais: um desenrolar histórico¹

Ana Kelson Batinga de Mendonça²

A representação política caracteriza-se pela ambivalência entre a normatização dos ideais - “democracia direta” e “uso público da razão” – e a desestruturação da esfera pública, com a política reduzida a disputas entre grupos pelo poder. Tais disputas não invalidam o peso da normatização e da idealização nos sujeitos, sendo, pelo contrário, operante para o esclarecimento acerca do funcionamento desta forma governamental. A representação política é essencialmente moderna e em sua breve história ocorreram reiterados discursos sobre a existência de crises, primeiramente na virada do século XIX para o XX e posteriormente nos dias atuais, no alvorecer do século XXI. Estes discursos balizaram-se por um engessamento da ideia acerca do que é a representação, como a discussão sobre a emergência e decadência dos partidos políticos, sem visualizar que tais rearranjos e deslocamentos são respostas às mudanças nas estruturas sociais. Se a compreensão do que é a representação política perpassa por aquilo que não é – no caso, não sendo reduzido a um sentimento de sentir-se ou não representado – compreendê-la significa realizar a sua análise a partir de mudanças societárias, no capitalismo tardio, nas relações internas das esferas públicas, e destas com o Estado. Somente assim, contextualizando o desenvolvimento da representação política concomitante às mudanças estruturais e sociais torna-se possível o desenrolar de um caminho para a sua compreensão, e do que significa a representatividade no mundo contemporâneo. Problematisa-se aqui, portanto, as principais contribuições da literatura de forma a analisar esta mudança, utilizando como autores-chaves Weber, Habermas, Manin e Panebianco.

Palavras-chave: Representação política; mudanças sociais; sociologia da representação

A representação política, a esfera pública e as mudanças sociais

Trabalhar a representação política sem a utilização de mecanismos institucionais clássicos, como a análise do grau de responsividade, *accountability* ou o funcionamento das instituições políticas é um desafio acadêmico. A suspensão de tais métodos analíticos no presente contexto se dá a partir da compreensão de que a representação política é uma forma governamental gestada e entrelaçada às dinâmicas sociais, às formas de solidariedade e às mudanças econômico-societárias. Assim, este artigo tem como objetivo realizar uma análise da representação política a partir do conceito Habermasiano de “esfera pública” e de mudanças econômico-societárias, permitindo de tal forma visualizar transmutações na forma como a representação política se constituiu. Os aspectos culturais estão entrelaçados à sociedade civil, influenciam a fisionomia do espaço político e a emergência de uma série de comportamentos políticos não-convencionais (PANEBIANCO, 2005). Ao observar tais mudanças e readequações, é possível realizar uma análise da constituição da representação política nos dias atuais.

É necessário ter em mente que as mudanças no modo de constituição da representação foram processuais, e o que chamamos de “representative democracy has its origins in a system of institutions (established in the wake of the English, American, and French revolutions) (MANIN, 2002, p. 01)” e que, neste processo, se formou uma

¹ Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

² Mestranda em Ciências Sociais pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: anakelson_df@hotmail.com.

esfera pública racionalista e que contestava o poder político, ao longo das revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII. A existência de uma esfera pública comunicativa impacta o modo de funcionamento da representação política e suas relações com a sociedade civil.

A representação política gestada a partir das revoluções do século XVIII – a revolução americana e a revolução francesa - à metade do século XIX caracterizava-se por um “combate de personalidades”, com formas de relação mais diretas entre eleitores e candidatos, maior contato pessoal e cooptação dos votantes de modo individual (DUVERGER, 2002), gestada em um plano de relações interpessoais. Este modelo de representação se relacionou com um tipo específico de ‘diálogo’ - no “parlamentarismo liberal”, as escolhas dos representantes eram feitas com base em relações de confiança pessoal, com a eleição dos representantes ocorrendo a partir de sua notoriedade na comunidade local. Geralmente, eram aqueles que se destacavam nas teias de relações sociais, em uma relação de proximidade entre eleitores e eleitos (MANIN, 2002). Estes regimes descansavam “en un juego personal de parlamentarios muy independientes uno de otros” (DUVERGER, 2012, p. 377).

Os jogos parlamentares e a proximidade dos eleitores ocorreram em um contexto de sufrágio limitado, tendo como pano de fundo uma sociedade na qual a política se constituiu, pouco a pouco, como centro de atenção e racionalização, principalmente nos meios burgueses. A construção da representação política, por meio das revoluções do século XVIII, se deu em meio a uma busca da emancipação política, da “liberdade como modo político de vida” (ARENDETT, 2011) e da resistência à autocracia.

A representação e o sufrágio evoluíram por meio das revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII. Essas revoluções foram lideradas por grupos sociais autônomos: as classes médias de agricultores e comerciantes livres. Esses grupos foram impelidos pelos valores de emancipação e insistiram que sua independência existencial era uma questão de direitos ‘naturais’ – direitos que precisavam ser defendidos das tentativas das autoridades centrais de impor às pessoas o pagamento de impostos sem seu consentimento: sem representação não há tributação (INGLEHART, 2009, p. 206).

De tal forma, surgiram esferas que advinham de camadas distintas daqueles que compõem os grupos de dominação, e se contrapuseram formulando sua identidade enquanto oponentes do poder político constituído. As relações eleitor-candidato foram gestadas a partir do contexto de ebulição e constituição de uma esfera pública racionalizadora (HABERMAS, 2014).

A existência dos valores de emancipação que impulsionaram as revoluções do século XVIII são resultados das mudanças e transmutações das formas de pensamento e modos de pensar a realidade – a emergência de novas estruturas de imagens de mundo. Segundo Habermas, as “imagens de mundo estabelecem demarcações relativas aos conceitos básicos, no âmbito das quais tomamos o que sucede no mundo como sendo algo, para então interpretarmos tal coisa como sendo determinada maneira” (HABERMAS, 2012, p. 118). De tal forma, a representação política existe dentro de uma história, que condiciona as formas na qual os indivíduos pensam, sentem e se identificam com o mundo. Podemos derivar daí a afirmação de Sartori, na qual

A necessidade de distinguir sempre entre o modo de constituir representação, e a representação como tal, deve-se ao fato de que nenhum ‘meio’ poderá sub-rogar o animus. Para funcionar como representante é preciso ‘sentir-se’ tal. E para sentir-se tal é mister que a atmosfera simbólica exerça pressão sobre nós e nos imponha (Sartori, 1972, p. 48).

A existência de uma atmosfera simbólica tem como significante a existência de convicções e concepções de mundo que envolvem o indivíduo e a própria instituição representativa – uma moldura normativa (HABERMAS, 2012) que define as ações temporalmente e espacialmente, “no âmbito da qual alguém pode exigir algo do outro” (*Ibidem*, p. 222) e que possibilita a integração social, a solidariedade e a formação da identidade. Tal moldura normativa, que segundo Habermas ocorre dentro do contexto do agir comunicativo deriva, em um aspecto maior, de “cisões”, processos de “descentração”. As “cisões entre as formas de pensamento mítica, religioso-metafísica e moderna estão caracterizadas por mudanças no sistema de conceitos básicos” (*Ibidem*, p. 134). A cisão entre o pensamento religioso-metafísico e o moderno significaram o desenvolvimento de novos tipos de razões no mundo da vida, permitindo o posicionamento do indivíduo dentro de mapas cognitivos sócio-historicamente estruturados – um processo de construção normativa.

A partir de Piaget, Habermas aponta que as mudanças de conceitos básicos denotam a desvalorização de um tipo de razão – no caso, o tipo de razão mítico-religioso – sendo ultrapassada por outras formas de compreensão cognitiva, com distintos níveis de abstração e generalização. Tal processo de descentração teria permitido o debate de ideias e a busca por novas formas de se instituir o consenso. A constituição do Estado moderno e a transmutação da legitimação a partir do pensamento monárquico para o pensamento democrático respondeu ao desenvolvimento de um novo tipo de razão e a construção de um novo sistema de referências e esforços interpretativos.

Dentro deste processo de racionalização e contestação dos poderes políticos tradicionais, inicialmente em contraposição as monarquias estabelecidas, a construção do poder político representativo ocorreu por meio de uma limitação do poder pelo poder, “creando una oposicion dentro del gobierno, em vez de una oposicion exterior” (DUVERGER, 2012, p. 439). Esta oposição interna, que com o partidarismo se transmutará em uma oposição externa, a partir dos partidos políticos, ocorreu a partir dos processos de descentração e de secularização dos poderes instituídos. Neste contexto, a representação política foi constituída por um lado pelos processos de oposição interna por meio das divisões de poder e da representação de notáveis no parlamento e por outro lado pela possibilidade do questionamento do instituído na esfera representativa por meio da ação comunicativa no ‘mundo da vida’.

Habermas se refere ao mundo da vida como os “sistemas interpretativos ou imagens de mundo culturais, os quais espelham o saber básico de grupos sociais, além de garantir um nexos em face da multiplicidade das orientações destes grupos para a ação” (HABERMAS, 2012, p. 93). Com a mudança da compreensão de mundo moderna, na qual a racionalidade do mundo da vida se torna o pano de fundo que constituirá o nosso processo de entendimento, surge o conflito entre a “concordância normativamente prescrita versus o entendimento comunicativamente alcançado” (*Ibid.*). Com a racionalidade comunicativa, o mundo da vida se compõe tanto pelas tradições e culturas partilhadas quanto pelo questionamento das certezas, apresentando aí a faceta da mudança (FREITAG, 1993), e garantindo um grau de integração entre os indivíduos por meio deste nexos em face da multiplicidade. A representação ‘livre’, não corporativa’, se formou em meio a um mundo da vida que apareceu, na perspectiva dos participantes, como “horizonte formador de contextos para processos de entendimento” (HABERMAS, 2012, p. 248). É necessário aclarar que a emergência destes sistemas interpretativos estão voltadas às ações dos indivíduos e suas relações sociais.

Por relação social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se

orienta por essa referencia. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (WEBER 2012, p 16).

Se a relação social pode ser orientada pela “representação da existência de uma ordem legítima” (*Ibidem*, p. 19), as mudanças das imagens de mundo acima trabalhadas significa a existência de novas ordens, “vigentes com respeito à ação, seja como obrigações, seja como modelos de comportamento” e com probabilidade de que os agentes por ela “se orientem as ações” (*Ibid*).

A racionalização cultural e social da modernidade, a legitimidade democrática e o desenvolvimento do Estado Moderno estão inseridos em ordens e imagens de mundo que orientam as ações sociais dos indivíduos, o entendimento da nossa identidade e as interações e reproduções simbólicas dos indivíduos. Os processos de descentração e a “abertura” das imagens de mundo, com a criação de novos tipos de razão, possibilitaram o processo de construção de uma esfera pública burguesa comunicativa que influenciou na ordem estatal por meio da possibilidade de buscar o “entendimento no horizonte de um mundo da vida”. Este processo condicionou a maneira como os indivíduos compreendem a democracia representativa e, potencialmente, se relacionam com ela. Segundo Duverger, para muitas nações “iletradas” e “feudais”, a adesão à democracia representativa foi “un sacrificio a las ideas del siglo” (DUVERGER, 2012, p. 56), demonstrando como a ordem e a imagem de mundo repercutiram no próprio desenvolvimento das instituições políticas e nas ações e identidades dos indivíduos. A legitimação democrática e a idealização de uma esfera pública participativa criaram expectativas nos sujeitos da ação social, ao mesmo tempo em que processos políticos e societários os afastaram cada vez mais da esfera pública.

Para Habermas, o poder da tradição e da cultura partilhada pode ser questionado e as normas existentes temporariamente suspensas a partir da comunicação e, portanto, a existência de esferas de discussão que racionalizem o poder político forçam as instituições representativas a uma conexão mandantes-mandatários, conexão esta que se formularia de maneira distinta em uma esfera institucional na qual esteja ausente o debate exercido pela sociedade civil.

Foi construído, por meio deste período, um processo de idealização de uma esfera pública crítica e que racionaliza o poder político. Este processo, conjuntamente com a rememoração da experiência da democracia grega, gerou uma imagem de mundo normatizadora dentro do contexto da democracia representativa. Concomitante a isto, com o aprofundamento do capitalismo ocorreram, a partir da segunda metade do século XIX, mudanças nas relações entre a sociedade civil e as instituições políticas. A normatização da “democracia direta” e da opinião pública participativa e esclarecida é operante para compreender a subjetividade dos indivíduos em relação à política, como este compreende a política, quais são seus anseios e expectativas, e como esta idealização forma um quadro que impacta na maneira como o cidadão enxerga o estado atual da nossa dita “democracia representativa”.

A forma como se estruturou a representação partidarista, dos comitês eleitorais aos partidos de massa dos séculos XIX e XX, se deu processualmente (DUVERGER, 2012), em meio a mudanças na forma de compreensão da política e de estruturação econômica da sociedade. Se, atualmente, os partidos se tornaram um dos elementos de sustentação dos regimes políticos democráticos (PANEBIANCO, 2005), um dos símbolos da “democracia representativa”, seu peso e importância dentro deste modelo organizacional é relativamente recente. Os partidos transformaram tanto a estrutura dos sistemas políticos (DUVERGER, 2012), incluindo a formação de novos mediadores e

modos de vinculação entre o poder político e a sociedade civil, quanto a esfera comunicativa, que entrou em desacordo com a normatização de uma esfera pública crítica e racionalizadora.

O período de formação da democracia representativa até sua universalização gestou mapas cognitivos (PANEBIANCO, 2005) que permearam as novas compreensões do indivíduo em relação à política, moldando as formas de relação entre representantes e representados e o modo como o indivíduo se depara com a estrutura representativa e a partir daí toma suas escolhas identitárias e de ação social. Da passagem da representação liberal para a representação do capitalismo oligopolista, com um Estado de Bem-Estar social fortalecido e o surgimento dos partidos políticos, é possível formar um quadro maior de mudanças e continuidades a partir do desenvolvimento da esfera pública, em sua formação, expansão e desestruturação. Tais formas de relação social e de compreensão política passaram a guiar a ação dos indivíduos, permitindo depurar novas questões para o desenvolvimento da representação no século XXI.

A formação e expansão da esfera pública

Antes do Estado de Bem-Estar Social vivenciado pela população no século XX, se formou no Estado liberal – a partir do século XVIII à metade do XIX principalmente na Inglaterra, França e Alemanha - uma esfera pública constituída de pessoas privadas, que discutiam enquanto público a literatura, as artes e a cultura (HABERMAS, 2014). O cultivo da vida familiar e a crença na independência do proprietário são valores que se formaram e se expandiram para além da íntima vida familiar, gerando tanto a normatização de valores patriarcais quanto o fortalecimento de uma esfera pública que refletiu a intimidade da casa.

Com a revolução capitalista, a estrutura familiar burguesa se modificou. A leitura de romances, que se tornou um hábito, passou a ser discutida em público, gerando uma esfera pública literária institucionalizada nos salões, cafés e *Tischgesellschaften*³, que organizou “uma tendência a discussão permanente entre pessoas privadas” (*Ibidem*, p. 149). Na medida em que as obras de arte, as obras literárias e filosóficas tornaram-se bens culturais universalmente acessíveis, houve a institucionalização da *ideia de uma paridade* entre camadas econômicas desiguais, já que a discussão argumentativa deixaria de lado as leis do mercado. Habermas não afirma que tal condição de igualdade tenha se efetivado, mas que, constituído enquanto pretensão objetiva, foi operante para o fundamento da esfera pública. Assim, “as pessoas privadas que se reúnem para formar um público também discutem em público o que foi lido e o incluem no processo de Esclarecimento impulsionado conjuntamente” (*Ibid*, p. 175).

A passagem da esfera pública literária para a esfera pública política ocorreu a partir de um desdobramento na própria esfera literária, que utilizava suas experiências e subjetividades privadas na constituição de um público e que introduziu no debate a

³ “Mas alguns elementos semelhantes também se encontram aqui, em primeiro lugar, nas cultas *Tischgesellschaften*, as antigas sociedades de conversação do século XVII. Naturalmente, são menos atuantes e difundidas do que os cafés e os salões. (...) As ‘sociedades alemãs’, seguindo aquela fundada por Gottsched em Leipzig em 1727, são uma continuidade das ordens literárias do século anterior. (...) Como diz um dos documentos de fundação, elas partiam do fato ‘de que, entre pessoas de estamentos tão desiguais, poderia haver uma igualdade e uma sociedade’”. (HABERMAS, 2014, p. 148)

circulação de mercadorias e a economia de trocas, deslocando as discussões para as tarefas civis da sociedade, como a segurança na circulação de mercadorias.

o tema da esfera pública moderna, em comparação com a antiga, deslocou-se (...) para as tarefas mais propriamente civis de uma sociedade que discute publicamente mediante razões (para a circulação de mercadorias com segurança). A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil [zivilsocietat] (diferentemente da *res publica*). Tendo como pano de fundo as experiências de uma esfera privada que se tornou íntima, a esfera pública burguesa pôde confrontar a autoridade monárquica estabelecida (Ibid., p. 176- 177).

A interferência privada na esfera pública e as relações de dependência em relação à administração governamental formaram uma esfera pública que passou a ter “consciência de si como um adversário, como o público da agora emergente esfera pública burguesa” (Ibid., p. 130). Ao mesmo tempo, a regulamentação da sociedade civil como principal tarefa política significou o fortalecimento da vida privada em detrimento da *res publica*, gerando uma relação conflituosa, já que se necessita do uso público da razão para a difusão do Esclarecimento ao mesmo tempo em que é a partir da esfera da vida privada que se confrontou as autoridades estabelecidas.

Para o processo dialogal ter um componente construtivo, é necessária a presença da liberdade do uso público da razão. “O uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [“aufklärung”] entre os homens” (KANT, 1974: 104). A representação liberal funcionava, portanto, pela reformulação da esfera pública – agora política – e pelo seu componente dialogal que permitia às pessoas a discussão em torno de ideias. A liberdade do uso público da razão, para Habermas, significou um espaço livre de comunicação entre indivíduos, sem a organização em grupos que defendem interesses já previamente estabelecidos, como ocorreu a partir da segunda metade do XIX com os partidos de massa. Neste sentido, as discussões na democracia liberal ainda serviam como um espaço de liberdade para se testar a razoabilidade e a “verdade” das leis. Segundo Kant, “o mundo é produzido na comunicação dos seres racionais” (apud HABERMAS, 2014) e esta comunicação gerou instituições que refletem este contexto societário.

Nesta ótica, o Esclarecimento e a esfera pública burguesa emergente foram importantes pela influência que passaram a exercer sobre as esferas institucionais. Para Kant, o Esclarecimento resulta “sobre os princípios do governo, que acha conveniente para si próprio tratar o homem, que agora é mais do que uma simples máquina, de acordo com a sua dignidade” (KANT, 1974, p. 116). As mudanças nas estruturas das imagens de mundo refletem na relação do representante, este que é primeiramente um indivíduo que tem um comportamento reciprocamente referido por uma pluralidade de agentes, incluso os sujeitos da sociedade civil. Ademais às mudanças de vinculação do governo com os representados, a esfera pública dialógica permitiu a escolha dos representantes a partir da interferência no debate público paralelo à publicização e contestação do poder político. A esfera pública burguesa se constituiu como o “oponente abstrato do poder público”, tornando-o efetivamente público e gerando uma ligação entre o Estado e a Sociedade mediada pela formulação de uma “opinião pública” que aproximou os indivíduos privados e a esfera política. Uma sociedade com esfera pública, de modo a não permitir o desenvolvimento de um estado de letargia social na qual os debates e a racionalização do poder político estejam ausentes, é uma sociedade em que a necessidade de consenso formador das instituições políticas modernas ganham um novo significado. A grande questão habermasiana, ao discutir a

esfera pública, é como garantir a sua expansão sem que com isso ocorra um movimento de despolitização e apatia política.

Para compreender a relação da ‘opinião pública’ com o poder político, a significação kantiana de “publicidade” é essencial. Para Kant, uma lei que não possa ser discutida publicamente, sem ser submetida à razão, é injusta. Assim, a troca de correspondências, os jornais que expunham os debates artísticos e culturais, a literatura, os jornais críticos, eram instâncias de publicização dos debates que ocorriam livremente. “O que é submetido ao juízo do público ganha publicidade” (HABERMAS, 2014, p. 134) e, por isso, “o princípio do controle” sobre a dominação existente é a publicidade das discussões públicas que ocorriam nos cafés e salões, os espaços permanentes de discussão, aonde a intelectualidade se encontrava com a aristocracia, com acesso livre a artesãos, entre outros. “Outrora, a publicidade teve de se impor contra a política arcana dos monarcas: procurava submeter pessoas ou causa à discussão pública mediante razões e fazia que as decisões políticas pudessem ser revistas sob a instância da opinião pública” (*Ibidem*, p. 429).

O mundo da argumentação e da comunicação burguesa refundou a ordem política, na França Revolucionária com a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” e na Inglaterra com a parlamentarização do poder estatal (*Ibid.*, p. 247). Esta esfera pública racionalista e comunicativa organizou a ordem política com formas de controle do governo por meio da mediação realizada pela “opinião pública” entre o Estado e as necessidades da sociedade. A esfera pública comunicativa surgiu e se fortaleceu ao longo dos séculos XVIII e XIX, em um período de universalização e legitimação da democracia representativa.

As novas formas de compreensão e relação com o poder político ocorreram em um contexto de desenvolvimento do capitalismo e de florescimento pleno da noção de liberdade moderna. Para além da razão comunicativa, existiu “a exigência de calculabilidade e confiabilidade no funcionamento da ordem jurídica e da administração – necessidade vital do capitalismo racional” (WEBER, 2012, p.196), que

conduziu a burguesia ao caminho de pretender limitar o poder do príncipe patrimonial e da nobreza feudal, mediante uma corporação na qual a burguesia tivesse participação decisiva e controlasse a administração e as finanças, além de cooperar nas modificações da ordem jurídica (*Ibidem*).

Desta forma, a construção da representação política e a racionalização do Estado se coadunam dentro de um mesmo processo, que envolve a liberdade dos modernos, o desenvolvimento do capitalismo e a criação de uma esfera pública política, com a busca pela criação de formas de controle da ordem jurídica e política.

Houve um processo de continuidade da formulação de uma esfera pública que racionalizou o poder político, buscando formas de influenciar o domínio estatal, e o pleno desenvolvimento das instituições representativas, com os direitos fundamentais “naturais” estabelecidos e as elites tradicionais conquistando poder e representação.

Habermas pensa em uma relação de continuidade entre os direitos fundamentais estabelecidos nas constituições liberais e a transposição desta demarcação de direitos para um Estado que passa a ordenar a vida social, dando garantias materiais e ganhando um novo status. Um Estado com uma obrigação de ação em relação à esfera do social – e, inversamente, a criação de uma ‘ordem’, que passa a orientar as ações sociais. Foi o que ocorreu o longo do século XIX, a transformação do Estado de direito liberal para o Estado de Bem-Estar social e a emergência dos partidos de massa.

Com transformações societárias como a criação de oligopólios – grandes conglomerados econômicos e jornalísticos – e a criação de campos de tensão em torno

de interesses organizados como a burguesia e proletariado, além da penetração da cultura de massa nos grupos sociais, tanto a estrutura político-partidária quanto a relação das pessoas com estas se transformaram. O que significa que, concomitante à normatização já apresentada, as transformações da estrutura social, como a fisionomia das classes ou os novos meios de comunicação, repercutiram na arena política (PANEBIANCO, 2005).

Com esta transformação, aumentou o poder da administração do Estado sobre a vida privada das pessoas, o que Habermas chamou de “estatização da sociedade”. Este Estado de Direito transformou o cidadão em “cliente”, a espera dos serviços do Estado, renunciando à participação ativa. Ao mesmo tempo, houve o desenvolvimento de grupos empresariais em oligarquias e organizações de interesses privados que interferem no poder público, em uma competição entre interesses concorrentes, o que passou a gerar uma “socialização do Estado”. Ou seja, Estado e Sociedade se interpenetram e, conjuntamente a esse entrelaçamento, o resultado da perda do tradicional agente de mediação entre Estado e a Sociedade, que era a “opinião pública”. Com estes desenvolvimentos, tanto da estatização da sociedade e principalmente da socialização do Estado, deixa de haver a discussão crítica mediante razões, com a transformação desta em práticas de negociação com base em interesses de grupos.

O espectro do diálogo para a composição da representação política se refaz neste movimento. A opinião pública é englobada pelos partidos políticos, estes que podem ser lidos como instituições que passam a operar pela lógica do dinheiro ou do poder e também como aqueles que realizam a manutenção e a formação da “opinião pública”. Em ambos os casos o agente mediador altera-se, da esfera pública para os partidos políticos.

el hecho de la elección, como la doctrina de la representación, han sido profundamente transformados por el desarrollo de los partidos. No se trata, en lo sucesivo, de un diálogo entre el elector y el elegido, la nación y el Parlamento: se ha introducido un tercero entre ellos, que modifica radicalmente la naturaleza de sus relaciones. Antes se ser escogido por sus electores, el diputado es escogido por el partido: los electores no hacen más que ratificar esta selección (DUVERGER, 2012, p. 378).

Assim, a esfera pública, que habitava o papel de formação da opinião pública e racionalização do poder político, perde força. De fato, “las democracias modernas, fundadas en una pluralidade de partidos organizados y disciplinados, son muy diferentes a los regímenes individualistas del siglo XIX” (*Ibidem*, p. 378).

Estes partidos foram envoltos em um contexto de “hegemonia da racionalidade instrumental” (FREITAG, 1993:27), a razão na qual as decisões são tomadas a partir de sua utilidade, de cálculos que visam exclusivamente perseguir uma meta previamente estabelecida. Para Weber, houve um progresso da burocratização na economia, na administração estatal e nos partidos políticos, relacionado ao ganho da racionalidade instrumental em detrimento da racionalidade comunicativa no contexto político. Este processo de burocratização e racionalização política nos séculos XIX e XX está envolto, portanto, em um contexto de “racionalização da economia e do Estado” (*Ibidem*), o que levou Habermas a falar de uma “colonização do mundo da vida pelo sistema” (HABERMAS, 2012). Por sistema,

é possível descrever aquelas estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade: a economia e o Estado. Trata-se, nesse caso, de dois subsistemas da sociedade que desenvolveram certos mecanismos auto-reguladores: o dinheiro e o poder, que asseguram a ‘integração sistêmica’. No interior do sistema, a linguagem é secundária,

predominando a ação instrumental ou estratégica. O sistema é regido pela razão instrumental (FREITAG, 1993, p. 26)

Assim, Habermas trata de um processo de submissão do mundo da vida à “imperativos como o mercado e o poder administrativo ou político” (HABERMAS, 2012: XXIV), assumindo o mundo da vida a feição da burocratização e da racionalidade instrumental, independente da racionalidade comunicativa. Ao permitir que “a economia e o Estado sejam controlados por uma minoria de homens de negócios e burocratas, que determinam as regras do jogo social, sem consultar a maioria” (FREITAG, 1993, p. 29), tal realidade se desdobra em um processo de “racionalização patológica” do mundo da vida, que com a expulsão da razão comunicativa passa a funcionar segundo mecanismos de “integração sistema”: dinheiro e poder. Desta forma, de um lado, os partidos políticos, enquanto elemento mediador, se interseccionam às negociação de interesses setoriais e, de outro, os campos da vida estruturados por via comunicativa passam a funcionar segundo os mecanismos dos subsistemas. O apartar do poder político da opinião pública implicou na “reprodução material e institucional da sociedade moderna sem contudo, admitir o questionamento dos princípios que regem o seu funcionamento” (*Ibidem*, p. 27). Esta situação de submissão à burocratização e aos meios de integração sistêmica, aliada a generalização da racionalidade instrumental, gerou um contexto de apatia generalizada.

A burocratização crescente do Estado Moderno significou a formação de uma “ordem” de mundo racionalizada e burocratizada que guia o indivíduo, este que ao se burocratizar vive dentro de um “espírito coagulado”.

Espírito coagulado é também aquela máquina animada representada pela organização burocrática, com sua especialização do trabalho profissional treinado, sua delimitação das competências, seus regulamentos e suas relações de obediência hierarquicamente graduadas (WEBER, 2012, p. 541-542).

Desta forma, o surgimento da democracia de massa é acompanhado pelo processo de expansão e decadência da esfera pública. O desejo antipolítico fundamentalmente moderno descrito por Constant - “o perigo da liberdade moderna está em que, absorvidos pelo gozo da independência privada e na busca de interesses particulares, renunciemos demasiado facilmente a nosso direito de participar do poder político (CONSTANT, 1985: 06)” - de desobrigar-se dos mecanismos de administração do governo, instituindo a representação política, se concretizou na burocratização, racionalização, indústria cultural e no fortalecimento do poder social em detrimento da esfera pública.

Quando a economia de mercado e o Estado racional legal (WEBER, 2012), em movimento concomitante, engloba o mundo vivido modificando a ‘opinião pública’, a razão comunicativa entra em segundo plano e o que passa a prevalecer, da passagem do capitalismo liberal ao capitalismo tardio é a razão instrumental. Da política como disputa pelo poder a partir de grupos privados concorrentes e a negociação de interesses, impossibilitando a discussão entre indivíduos mediante a razão, decorrem novas maneiras de a representação política gestar-se na sociedade. A interação entre indivíduos a partir da razão comunicativa ou a interação a partir de interesses materiais constrói sentimentos e construções subjetivas de normas distintas entre si. A orientação para as relações sociais se deram dentro de uma imagem de mundo e dentro do paradigma das grandes organizações, que englobam o indivíduo e de tal maneira traduz as formas do agir e da inserção social dos indivíduos.

Houve um processo de substituição do poder estatal pelo poder social (HABERMAS, 2014) na democracia de massas, um poder interseccionado entre o público e o privado no qual os indivíduos privados perdem força e os grupos econômicos se fortalecem ao serem relacionados às funções políticas, como as oligarquias e os conglomerados jornalísticos. A interação, assim, se transforma em busca da defesa de interesses, com uma nova relação com o grande público, e a mediação passa a ser feita por instituições em cooperação com o aparato estatal. No Estado de Bem-Estar Social, a dinâmica da esfera pública

se rende às sofisticadas técnicas dos novos meios de comunicação, usadas para atribuir uma aura de prestígio às autoridades públicas, tal como outrora as figuras reais usavam de uma esfera pública representativa nas cortes feudais. A esfera pública acaba transformando a política em um espetáculo dirigido, em que líderes e partidos pretendem, de tempos em tempos, obter uma aclamação plebiscitária de uma população despolitizada (WERLE, 2014, p. 31).

Nesse contexto a esfera pública moderna volta a assumir funções da esfera pública representativa da Idade Média – a representação perante o povo - na qual o público exercia a função de espectador, não de um participante que faz uso da razão para discutir a política. São técnicas de espetáculo, que ao criar uma áurea em torno da política limita a mesma aos grupos organizados, sem a livre comunicação que racionalizaria o poder. Assim, “as organizações buscam formar compromissos políticos com o Estado e entre si, excluindo ao máximo possível a esfera pública” (HABERMAS, 2014: 479). Portanto, a publicidade passa a agir não como uma forma de tornar público o poder político e discuti-lo sobre o crivo da razão, mas sim como uma representação refeudalizada, uma forma de publicidade manipuladora.

Hoje, ao contrário, a publicidade é imposta com base na política arcana dos interesses: ela propicia prestígio público a uma pessoa ou causa e a torna apta à aclamação em uma atmosfera de opinião não pública. A própria expressão “trabalhar a esfera pública” já mostra que a esfera pública precisa ser produzida circunstancialmente e caso a caso, quando outrora era dada pela posição dos representantes e sua continuidade era assegurada por meio do simbolismo protegido pela tradição. Hoje, é preciso produzir ensejos para essa identificação – a esfera pública deve ser “fabricada”, ela não mais “existe” (*Ibidem*, p. 429).

A aclamação em uma atmosfera não pública se desenvolve conjuntamente com a efemeridade e artificialidade da vida e das opiniões produzidas pela indústria cultural. A espetacularização da política e das opiniões por meio da mídia de massa - manipuladas segundo interesses de grupos organizados - aproxima a análise Habermasiana de Guy Debord, na qual a sociedade é alienada pelo predomínio das imagens nas relações sociais. Acrescido à defesa de interesses e ao diálogo no qual as partes já estão previamente posicionadas, a vivência e a publicização da política se torna o virtual, o fabricado, o espetacularizado em uma sociedade na qual a esfera pública se despolitizou e se industrializou. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção anuncia-se como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13). A infantilização do espectador proporcionada pela indústria cultural e o gozo estético de viver nesse espetáculo é a manifestação mais recente desse poder político.

O processo de despolitização e de expansão concomitante ao afastamento da esfera pública do poder político significou a emergência de outras formas de mediação

para além do partido e do poder social. Seguindo a análise de Debord, o espetáculo, que “não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (1997, p. 14) e, conseqüentemente, a publicidade e a mídia, que agem dentro da lógica do poder político, são o segundo grande aparato que engloba a opinião pública e assume o papel de mediação entre o poder público e a sociedade civil.

Ademais, com o desenvolvimento da indústria cultural, ocorreu a “transformação do público que discute a cultura mediante razões em um público consumidor de cultura” (HABERMAS, 2014: 381). O consumo da cultura passa a ser feito dentro da lógica do “tempo livre”, criado pelo mundo do trabalho, tempo este que se configura como uma satisfação isolada, sem a existência da dinâmica da vida privada que o liberalismo conheceu. A indústria cultural e o Estado protetor invadem a esfera da família conjugal, tornando esta uma consumidora de cultura sem, no entanto, a força das discussões que havia anteriormente. Esta esfera pública que cada vez mais se ampliava ao mesmo tempo se despolitizou, sem identificação com a dinâmica do poder.

A ausência de uma esfera pública política leva-nos a pensar no alcance e na legitimação das instituições representativas. Se a política deixa de ser pública, com a publicidade agindo não contra o poder político, mas dentro da lógica do poder político, qual o alcance da representação? A democracia de massa tornou a representação uma representação estética, sem a livre circulação de ideias que serão representadas no Parlamento. Na passagem do século XIX ao XX, a estrutura social que permitia a sociabilidade apontada por Habermas⁴ se esvai, pois a política se tornou a organização em grupos de interesse, e o cidadão em cliente e consumidor. Consumir a cultura e a política não implica em sua discussão crítica, já que o cidadão age dentro da lógica do entretenimento, sem o componente público de discussão, de tal forma que os cafés perdem sua áurea de crítica e encontro. Portanto, o século XX é marcado pela “abstinência da discussão literária e política mediante razões” (HABERMAS, 2014, p. 363) sobrando somente o ideal normativo, a ideia de uma “opinião pública” esclarecida e razoável, derivada dos momentos efervescentes de livre discussão de ideias das grandes revoluções do século XVIII. O sistema de representação que vigorou ao longo do final do século XVIII à metade do XIX é substituído pela representação de grupos de interesse, sem a composição de ideias por não haver espaço público. O que caracteriza o parlamento, a principal instituição representativa da nossa democracia, não é mais o debate racional de ideias, e sim uma queda de força entre os grupos de pressão oponentes.

Para Habermas, os partidos no Estado de Bem-Estar Social “são instrumentos de formação da vontade, mas não estão na mão do público, e sim daqueles que determinam o aparato partidário” (HABERMAS, 2014, p. 434). Sua configuração é uma “conjunção dos interesses organizados e sua tradução oficial na maquinaria política do partido que lhes atribui àquela posição predominante, diante da qual o Parlamento é reduzido a uma comissão de facções” (*Ibidem*, p. 436). Desta forma, a democracia representativa enquanto “sistema institucionalizado de responsabilidade política”, como diz Bobbio (2010, p. 1105), está longe da coerção convencida pela razão, “para que não entre em contradição consigo mesmo”, de Kant (apud HABERMAS, 2014, p. 272).

O crescimento de poder dos partidos políticos é acompanhado por sua complexificação – para Weber, são associações políticas que, no regime capitalista, se assemelham a uma empresa partidária, com os dois principais componentes

⁴ “A preponderância da cidade é consolidada por aquelas novas instituições que, com toda a sua diversidade, assumem funções sociais iguais na Inglaterra e na França: os cafés em florescência entre 1680 e 1730, os salões no período entre a Regência e a revolução” (HABERMAS, 2014: 143)

caracterizados pelo funcionário de partido e pelo componente financeiro. Deste modo, as formas modernas da organização dos partidos

são produtos da democracia, do direito de voto das massas, da necessidade de atrair e organizar as massas, do desenvolvimento da máxima unidade de direção e de disciplina rigorosa. Acabam a dominação dos notáveis e a direção pelos parlamentares. Políticos ‘profissionais’ fora dos parlamentos tomam o empreendimento em suas mãos (WEBER, 2012, p. 550).

A necessidade de organização das massas carrega consigo aspectos de formação e composição de opiniões e posicionamentos políticos e, mais além, de uma unidade e identidade. A organização das massas tem como consequência a criação de uma “consciência de classe” que ocorre de forma exterior ao próprio componente societário. Segundo Duverger, “no hay consciencia de clase, sin la acción de un partido, que la suscite y la desarrolle” (DUVERGER, 2012, p. 405), retomando a teoria marxista de “classe em si” e “classe por si”, no qual a massa constitui uma “classe em si” frente ao capital, “mas não ‘por si mesma’. Na luta, esta massa se une, constitui uma classe ‘por si mesma’” (MARX, 2009, p. 190). Esta consciência de classe, suscitada pelos partidos políticos, formam a “opinião pública”, que sem os partidos se expressaria somente de maneira vaga. “Las divisiones políticas constituyen un marco impuesto desde fuera a la opinión pública, más que un reflejo de las diversidades existentes dentro de ésta” (DUVERGER, 2012, p. 412). Assim, os partidos políticos passam a ter como componente o papel de mediador, capaz de canalizar para si divisões de classe social.

Há uma ambivalência dos partidos na sociedade industrial, ao formar e deformar a opinião pública, sem ser capaz contanto de expressa-la em si, ao mesmo tempo em que o sufrágio é conformado na identidade classista (CASTELLS, 2003; PANEBIANCO, 2005), que reproduz as divisões sociais. Esta situação geraria uma estabilidade eleitoral por conta das clivagens nítidas quanto à divisão social do trabalho.

Los partidos crean la opinión, tanto como la representan; la forman mediante la propaganda; le imponen un marco pré-fabricado: el sistema de partidos no es sólo el reflejo de la opinión pública, sino la consecuencia de elementos exteriores y técnicos (como la forma de escrutinio) que se imponen a ella. El sistema de partidos es menos una fotografía de la opinion, que la opinion una proyeccion del sistema de partidos (DUVERGER, 2012, p. 448).

Porém, para o autor, somente os partidos de massa correspondem às estruturas das sociedades industriais (DUVERGER, 2012, p. 453). Eles permitiriam a entrada das massas na política e a circulação das elites, permitindo “constituir una clase dirigente salida del Pueblo, que reemplaza a las antiguas” (DUVERGER, 2012, p. 451). Esta análise é muito próxima da visão weberiana de partidos em que, a despeito de seu processo de profissionalização e burocratização, os partidos não somente devem continuar existindo como, ademais, é impossível eliminar seu caráter de luta, “a não ser que se queira eliminar qualquer representação ativa do povo” (WEBER, 2012, p. 544). O fato dos partidos políticos criarem a opinião pública sem nunca serem sua expressão fidedigna não modifica a imperatividade de sua existência. Para Duverger, os partidos

precisan las opiniones individuales, las enriquecen, las desarrollan. También las refuerzan: antes de ellos, las opiniones están a menudo poco seguras de sí mismas; al verse compartidas por otros, selladas oficialmente, tomadas a su cargo por una organización, adquieren autoridad y seguridad (DUVERGER, 2012, p. 405).

Assim, se as sociedades industrialmente avançadas já contavam, exatamente por conta das interpenetrações entre Estado e Sociedade, um aprofundamento na separação entre público e política, com um movimento decadente desde o liberalismo burguês do século XVIII até o século XX, para alguns tais estruturas partidárias conferiam ainda “aos ativistas um certo senso de direção, que mobilizava suas energias e unificava o conjunto do partido” (MANIN, 2002, p. 21). Porém, os posicionamentos previamente estabelecidos a partir de dicotomizações partidárias e societárias seria prejudicial à ação comunicativa, ao reduzir o diálogo a um aspecto de luta. A discussão entre grupos estrategicamente posicionados é exatamente o conflito de interesses que cria o espetáculo e a refeudalização da política, separando a política do público e deixando-a suscetível aos meios de comunicação de massa e ao paternalismo do Estado.

Dentro desta lógica, foram estruturados partidos políticos, sindicatos, organizações trabalhistas e todo um aparato que participaram dos jogos do poder conjuntamente com a mídia de massa. O século XX, por conseguinte, formou um modo muito específico de fazer política. Até os dias atuais,

Os partidos políticos são as principais forças que moldam as alternativas oferecidas aos eleitores em eleições parlamentares. Mesmo que candidatos de partidos não vençam em todos os casos, o fato de que os partidos estão pelo menos presente na maioria das disputas (já que ganham na maioria) compele os independentes a se posicionarem em relação a eles. Consequentemente, quando elegem representantes, os eleitores se defrontam com um mapa cognitivo que é de fato desenhado essencialmente por partidos políticos. (MANIN, 2013, p. 119)

A sociedade convive continuamente com partidos de massa e suas ideologias organizativas geradas neste contexto até aqui desenvolvido. Porém, com o suplantar do agir comunicativo pela cultura do tempo livre e da razão instrumental, novos fatores foram modificando a estrutura social, as percepções de classe e as ideologias de uma sociedade organizada em torno do trabalho.

Crise contemporânea da representação

Os partidos políticos modernos se tornaram um dos elementos de sustentação dos regimes políticos democráticos (Panebianco, 2005) e um dos símbolos da “democracia representativa”. Do final do século XIX ao início do século XX, a mudança e formação dos partidos políticos se deu de modo intenso. O contexto de formação deste modelo organizacional é visto como uma resposta às necessidades do “capitalismo industrial”, por conta das mudanças societárias em curso e sua capacidade de responder às compreensões cognitivas acerca da luta política, permitindo “organizar progressivamente a una massa de electores nuevos” (DUVERGER, 2012, p 28).

As dicotomizações societárias pareciam mais claras no passado, formando polarizações como ‘nós’ e o ‘outro’ e mobilizando e impulsionando a ação social. A democracia de partido (MANIN, 2002) foi construída em um contexto em que os campos identitários e os posicionamentos políticos que atravessavam a sociedade se formulavam de modo mais fixo, com divisões entre o campo conservador e socialista ou burguesia e proletariado. Assim, os sistemas interpretativos nos quais os sujeitos da ação social estavam inscritos funcionavam como um componente estabilizador, garantindo um nexa ao próprio indivíduo que, posicionando-se dentro deste sistema de referências, tinha uma compreensão cognitiva e identitária que o permitia posicionar-se em relação ao sistema político.

Tal representação, antes estruturada a partir das redes de solidariedade e identidades, convivem com as mudanças sociais mais recentes, como o fenômeno da globalização, que ganhou intensidade a partir dos anos setenta, assim como a revolução tecnológica e mudanças na força de trabalho, que se tornaram globalmente interdependentes. Foram construídas redes globais de riqueza e poder que constantemente modificam as relações sociais e a percepção das diferenças sociais.

o próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-a-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho (...) intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações (...) aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital. (CASTELLS, 2000, p. 21-22)

Percebe-se portanto, diversas modificações no cenário societário: por um lado, houveram alterações nas divisões de trabalho - o que fez com que fosse cunhado o termo de “capitalismo pós-industrial” (TOURRAINE, 1996; INGLEHART, 2009; CASTELLS, 2003) para caracterizar aquelas economias pautadas pelos serviços, dando ênfase às diferenciações da produção nos cenários geográficos e às divisões mundiais de trabalho. Por outro lado, uma série de novas questões, como o desemprego e a inflação, começaram a ser sentidos tanto por setores assalariados quanto pelas classes burguesas, ofuscando as divisões que davam sentido à dicotomização direita/esquerda (PANEBIANCO, 2005). Assim, as identidades classistas, que “dava aos partidos políticos o monopólio do sentido da ação coletiva” (TOURRAINE, 1996: 80) se esmaece. Nas últimas décadas, as “linhas de demarcação social e cultural são numerosas, se entrecruzam, mudam com muita rapidez” (MANIN, 2002: 27), resultado da sociedade em rede e das reações a esta sociedade, das mudanças na percepção do tempo e do espaço a nossa volta.

A estrutura social que deu sentido aos partidos de massa não é mais a mesma. Não é que o capitalismo ou a industrialização não existam mais, mas a consciência de “classe para si” parece não ser mais a definidora principal de sentido. É uma sociedade na qual a tecnologia penetra a tal ponto tanto na economia quanto nas vidas privadas, trazendo o imediatismo para a pauta do dia, e na qual existe uma fluidez organizacional e instabilidade no emprego, dificultando a conformação identitária na sociedade do trabalho, em um contexto subjacente de variedade de costumes e consumo.

Nesse quadro, as organizações da sociedade civil, que de acordo com Gramsci (1978) organizam e produzem vontades coletivamente organizadas em relação à burguesia ou ao proletariado, se atrofiam, como os partidos, sindicatos e cooperativas, pois estes não traduzem as novas diferenciações sociais e tampouco conseguem manter a corporificação das ideologias aos quais foram feitos. O sistema representativo industrial corporifica e organiza identidades estruturadas por meio dos partidos políticos. Porém, a crise da utopia da sociedade do trabalho (HABERMAS, 1987) e a criação de novas identidades e imagens de mundo faz com que este sistema representativo partidário conviva em um contexto distinto ao qual foi pensado, criando um ruído entre o Estado e a sociedade civil.

Os instrumentos da democracia, forjados no século XIX, no limiar da era industrial – o Parlamento, o sufrágio universal, os partidos políticos – não se renovaram desde então. Seria surpreendente que, tudo tendo se transformado no mundo moderno [...] as formas políticas tenham conservado o privilégio da imutabilidade que as tenha protegido da mudança (JULLIARD apud NOVARO, 1995, p. 77)

De tal forma, as instituições representativas parecem entrar em crise ao portarem funções que entram em contradição com as transformações do mundo moderno, em um contexto em que o poder se torna mais abstrato e presente em uma rede de computadores. Ademais, o Estado-Nação não consegue lidar com problemas do capitalismo global, partilhando sua soberania em uma arena internacional sem conseguir responder às exigências tanto de um Estado quanto novas questões que fogem das demandas classistas, como os movimentos ambientais e religiosos. Esta ausência de capacidade responsiva em relação às novas demandas acarretam uma crise de legitimidade ao ser incapaz de responder, na proporção dos anseios da população, aos novos problemas que envolvem o debate político e social.

Surgem novas identidades em um mundo no qual o patriarcalismo não é mais o mesmo, no qual as famílias têm se redefinido, gerando tanto movimentos segmentados, como os movimentos feminista e gays às identidades reativas como o fundamentalismo religioso. As identidades atuais relacionam-se ao conflito latente entre a globalização e as resistências culturais, locais, e/ou conservativas (CASTELLS, 2003). Com a fragmentação de identidades e interesses na sociedade em rede, amarrado a uma globalização de poder e de riqueza e com partidos estruturados de maneira tradicional, cresce a incapacidade do Estado-Nação de responder “simultaneamente a essa ampla gama de exigências”, visibilizando os limites da representação político-partidária de responder às mudanças históricas e sociais. A isto se deve acrescentar a predominância da razão instrumental, sem a reformulação de uma esfera pública crítica e ativa que possibilite criar novos sentidos e interferências na dinâmica política-econômica.

Estas comunidades identitárias negociam em nome de interesses específicos, sem se comunicar e sem conseguir ser representada por estruturas partidárias. Dessa maneira, o princípio de representatividade debilita-se, com a deslegitimação das instituições representativas e a perda de força de um sistema político que não consegue fazer a mediação entre capital e trabalho nesta economia estruturada em rede, levando a um anacronismo entre o capitalismo informacional, a sociedade em rede e as instituições políticas tradicionais. Assim, a representação política não consegue dar conta da multiplicidade de comunidades e tampouco das expectativas geradas. Toda essa dinâmica é complexificada por um Estado protetor, na qual a relação clientelista sujeito-Estado e de aclamação à política no formato da criação de esferas públicas por meio da publicidade se mantém.

A nossa representação partidária, portanto, é atravessada pelo afastamento do indivíduo da política desde sua formação, por um lado conferindo sentido aos ativistas via mobilização de fidelidades através do partido, por outro com o império da indústria cultural e da refeudalização da política. As mudanças sociais introduzidas nos anos setenta em diante complexificou o debate, a partir do momento que a utopia da sociedade do trabalho deixa de ser o grande fator mobilizador vigente e que novas questões do mundo contemporâneo não conseguem ser representadas ou respondidas por nossas estruturas políticas tradicionais. Assim, os partidos já não atraem as fidelidades, com o declínio do vínculo partidário e uma grande volatilidade eleitoral (MANIN, 2013; PANEBIANCO, 2005), gerando reiterados discursos sobre a existência de crises, seja de representação, seja dos partidos políticos.

A representação política, subjacente ao contexto de “patologia do mundo da vida” e com as transformações societárias em curso, parece estar em um estado debilitado. Se fazem necessárias discussões para pensar as instituições representativas relacionadas às novas condições sociais, seja reinserindo a esfera da ação comunicativa em sua relação com o debate institucional, seja repensando o atual modelo organizacional que dá sentido ao sujeito da ação política. De todo modo, a constatação de uma ‘crise de representação’ abre a possibilidade de repensar componentes clássicos da sociologia, como a solidariedade, a divisão do trabalho e a corporificação de vozes e demandas, pensando a atualidade e seus desdobramentos.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, H. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 2010.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970
Edições Melhoramentos, 1975
- FREITAG, B. **Habermas e a filosofia da modernidade**. Perspectivas, 1993.
Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/769/630>>.
Acesso em: 08 ago.2014.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- _____. **A nova intransparência**. São Paulo: Revista Novos Estudos
CEBRAP, 1987.
- _____. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização cultural**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. v. 1.
- _____. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. v. 2
- KANT, E. **Textos Seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.
- MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- _____. **A democracia do público reconsiderada**. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP, 2013.
- MARX, K. H. **Miséria da Filosofia: Resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. Tradução de José Paulo Netto. 1 ed. – São Paulo: Expressão popular: 2009.
- NOVARO, Marcos. **O debate contemporâneo sobre a representação política**. São Paulo: Revista Novos Estudos n° 42, 1995.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Proudhon**. Tradução de José Paulo Netto. 1 ed. – São Paulo: Expressão popular: 2009
- SARTORI, G. **A teoria da representação no estado representativo moderno**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1962.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- WEBER. M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- WERLE, D. L. Apresentação à edição brasileira. In: HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.